



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CAIRUÇU
Rua Oito, casa 3, - Bairro Portal de Paraty - Paraty - CEP 23970000
Telefone: (24)33711400

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONAPA DE 20/09/2016

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA APA CAIRUÇU

20/09/2016 – Sede da APA.

CONSELHEIROS PRESENTES: Lilian Hangae (chefe da APA Cairuçu), Eduardo Godoy, Sérgio Mello, Valéria Lourenço, Tiago Oliveira Menezes, Alda Janaína da Assis Ariston, Fernando Alcântara, Jádson Santos, Daniele Elias Santos, Sandro Nascimento, Luciana Gomes de Araújo, Anderson Mululo Sato, Vagner Nascimento, Marcela Cananéa, Tathiana Lourival, Róbson Possidônio, Jádson dos Santos,.

Além dos Conselheiros assinaram a lista de presença outros 20 participantes.

Os conselheiros Monaliza Mello, Fábio Reis, André Videira Figueiredo e Cristiana Silva Reis justificaram a ausência.

Início da reunião: 09 h 40 min.

Término da reunião: 13 h 10 min.

Carlos Felipe, analista ambiental da APA Cairuçu: abre os trabalhos esclarecendo que se trata de uma Reunião Extraordinária do Conselho Gestor da APA Cairuçu, agendada na reunião anterior, também extraordinária, realizada em 25 de agosto. Apresenta a proposta de pauta da reunião, com a qual todos concordam – (1) apresentação da nova chefe da APA Cairuçu; (2) Cronograma de oficinas comunitárias de revisão participativa do Plano de Manejo; (3) Procedimentos e segurança dos trabalhos do CONAPA; (4) Agenda das Câmaras Temáticas e informes. Consensuada a pauta, propõe que todos se apresentem e, após, convida os presentes para a construção de um acordo de convivência para orientar a conduta dos participantes da reunião, listando em *flipchart* as diversas indicações pactuadas.

Vagner Nascimento (Vaguinho): solicita incluir na pauta a discussão da minuta da Nota sobre o CONAPA Cairuçu deliberada na reunião anterior (extraordinária) e elaborada por um Grupo de Trabalho então designado.

Carlos Felipe: dando início à pauta aprovada, passa a palavra a Lilian Hangae, nova chefe da APA Cairuçu, para apresentar-se ao Conselho.

Lilian Hangae: apresenta-se, mencionando sua formação de geógrafa, na USP, onde sempre manteve um olhar crítico em relação à divisão entre geografia humana e geografia física, numa visão aparentemente dualista que hoje se pode dizer em relação à perspectiva socioambiental e a preservacionista na gestão de Unidades de Conservação. Relatou seu currículo no IBAMA/ICMBio, onde ingressou aprovada no concurso de 2002, sendo inicialmente lotada em Rondônia. Posteriormente foi convidada para trabalhar na coordenação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), principal linha de apoio institucional e financeiro às unidades de conservação daquela região. Mais tarde, coordenou a Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP), instância do ICMBio responsável, entre outras atribuições, pela elaboração, monitoramento e revisão de planos de manejo. Mais recentemente vinha atuando como diretora da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), instância diretiva do Instituto que abrange a coordenação onde atuava anteriormente. Por último, já no primeiro semestre de 2016, considerando sua exoneração da diretoria, a presidência indicada a assumir o ICMBio, ofereceu-lhe a possibilidade de escolha de atuação entre um conjunto de UC prioritárias ou com necessidade de troca de chefias, buscando locais onde sua experiência de articulações em Brasília e em planos de manejo pudesse servir da melhor forma à instituição, considerando que a coordenadora regional da CR-8 já havia informado a direção que o chefe da APA Cairuçu havia manifestado interesse em entregar o cargo, e a estava se buscando perfil para substituí-lo, assim, a direção do ICMBio, decidiu por sua nomeação para gestão da APA Cairuçu. Menciona também, que pessoalmente, Paraty era bastante

atrativo pois sua família reside no litoral norte de São Paulo, portanto poderia viver mais próxima da família e que sempre teve muita afinidade com esta região, que conhece desde os tempos de estudante, quando costumava acampar em Trindade. Mencionou que, diante da imposição do novo decreto, foi considerada a sua experiência com planos de manejo no Instituto e que também se incluiu no escopo da sua missão na gestão da APA, trabalhar pela integração entre as UCs do território. Por fim, referiu-se à Nota emitida pelo Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) em repúdio à exoneração de Eliel e afirmou que hoje considera que o processo de substituição da chefia foi um tanto confuso na instituição. Manifestou sua disposição em procurar trazer a presidência do Instituto para discutir a gestão da APA no território.

Tahiana Lourival: informa que no Conselho representa a Verde Cidadania, ONG que apoia as populações tradicionais do território nas questões fundiárias. Registra que outras chefias anteriores tiveram muitas dificuldades no relacionamento com a cidade e comunitários, ao contrário da gestão de Eliel, diferentemente do que fora manifestado por Lilian. Afirma que se vinha avançando em gestão participativa como nunca havia ocorrido no território. Manifesta dúvidas sobre o papel de Lilian na alteração do Decreto de Criação da APA e solicita esclarecimentos.

Lilian Hangae: responde mencionando que se surpreendeu quando chegou na APA e pôde perceber o andamento consistente do processo de gestão participativa, pois não havia chegado qualquer informação sobre isso em Brasília. Informa que houve uma reunião em Brasília convocada pelo ministro da justiça, com a presença do presidente do ICMBio, por influência de um cidadão, empresário local, sr. Filgueiras. Este, inicialmente, colocou que todo o problema era o Plano de Manejo, mas o que se percebeu foi que pretendia a liberação do empreendimento sem licenciamento, o que deixou o próprio ministro constrangido. Posteriormente, pudemos verificar que esse cidadão ainda colecionava diversos autos de infração na APA Cairuçu, com processos em andamento. Também se encontrava presente na reunião o prefeito municipal, que focou no zoneamento. Posteriormente, foi solicitado à Diretoria um posicionamento quanto a proposta de alteração do Decreto, e com base na Nota Técnica do ICMBio, constante no processo de revisão do Plano de Manejo, que indicava a exclusão dos artigos 3 a 13. Foi elaborada nova Nota Técnica, com a qual manifestou concordância sobre a alteração do decreto da APA. Posteriormente, no dia 10 de maio foi convocada ao MMA, para contribuir na revisão de documentos para assinatura da presidente da República a fim de criar 5 novas UC federais, data na qual a Câmara de Deputados votou o processo de impeachment, no mesmo momento, em outra sala então presidente do ICMBio, Cláudio Maretti e o então procurador federal junto ao ICMBio, elaborou a minuta do decreto, que não passou por análise de outras instâncias do ICMBio, que então foi assinado pela ainda presidente Dilma. A assessora do Ministério de Meio Ambiente, órgão que mediu a alteração do decreto da APA, Marília Marreco, ainda manifestou que “você [do ICMBio] não podem aceitar isto - é inconstitucional”.

Tathiana Lourival: requer vistas à Nota Técnica que subsidiou a alteração do Decreto de Criação.

Marcela Cananea: resgata a fala de Lilian com referência à missão que lhe foi incumbida pela direção, no sentido de promover a integração entre as unidades de conservação do território. Questiona sobre como pretende fazer isto, se não se percebe interesse dos outros gestores em dialogar com as comunidades. Menciona que a ESEC Tamoios tem assento no CONAPA, mas esta reunião de hoje é apenas a segunda vez em que o representante se encontra presente, e da forma semelhante ocorre com a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. Solicita que ambos representantes ocupem seus assentos no CONAPA. Por fim, indaga como a nova chefe está pensando em promover essa integração.

Vagner Nascimento: como representante do Fórum de Comunidades Tradicionais de Ubatuba, Paraty e Angra dos Reis (FCT), faz um resgate histórico da relação com o ICMBio. Afirma que são dez anos em que não se vê a relação evoluir, com exceção destes últimos dois anos, com a atual gestão do CONAPA. Informa que as populações tradicionais do território têm uma boa relação com o MPF, 4ª Câmara, e foram realizados eventos conjuntos, como o Encontro de Justiça Socioambiental realizado em 2014. Acrescenta que foram desenvolvidos Termos de Compromisso das comunidades quilombolas com o Parque Nacional da Serra da Bocaina e com pescadores da ESEC Tamoios, “mas aquele Sérgio Brant e seus assessores trancaram”. Esclarece que fizeram a Nota de Repúdio contra a exoneração da chefia, solicitando a presença do presidente do ICMBio antes de a nova chefe assumir e que pediram a saída do chefe do PNSB. Manifestou que no seu entendimento a alteração do decreto de criação da APA, como foi feita, é inconstitucional, pois somente mediante lei (e não um decreto) se altera atributos protegidos por Unidades de Conservação e que o CONAPA precisa trabalhar pela sua impugnação. Considera que a saída do presidente em férias, sem se manifestar sobre a Nota do FCT é uma desconsideração, assim como foi uma desconsideração o chefe do PNSB estar por mais de dez anos para dar um parecer sobre o Termo de Compromisso e titulação quilombola em Camburi. Acrescenta que a maneira como essa mudança do decreto acontece atendeu aos interesses de especulação imobiliária no território, assim como essa prefeitura que está aí. E que muitos gestores de unidades de conservação atendem aos interesses do Condomínio Laranjeiras e nós vamos denunciar isso.

Anderson Sato: deseja, antes de apresentar seus questionamentos, sublinhar a fala de Vagner sobre esse fato que considera absurdo, essa articulação entre poder público municipal, empresário, Ministério da Justiça, às sombras, dizendo-se democrático, e atropelando o CONAPA. Indaga à chefe da APA sobre sua identificação com a região, se tem alguma experiência de atuação na Costa Verde, e que considera surpreendente apontar como prioritária essa cooperação com a SOS Mata Atlântica.

Lilian Hangae: inicia respondendo sobre como se daria a integração entre as UCs, mencionando que a ideia é a mediação pela CR-8, procurando avaliar no que uma UC prejudica a outra. E aqui já se pode identificar em relação ao PNSB a difícil relação com as populações tradicionais; quanto à REEJ, está marcada uma conversa e sabemos que existe um processo de recategorização e da sua ausência no CONAPA, mas há um casamento do qual não se pode fugir. Em relação à fala do Vagner, explicita que não veio para este território para trabalhar sem as comunidades, pois questiona muito essa segregação entre conservacionista ou socioambientalista. Afirma que é necessário ter um plano de fiscalização, mas também é preciso ter em vista o objetivo da APA em relação às populações tradicionais. Acrescenta que tem conversado com a DISAT (a Diretoria de Ações Socioambientais do ICMBio) para fortalecer a agenda social do ICMBio em Paraty.

Marcela Cananea: comenta que o Plano de Manejo é uma coisa, o Decreto de alteração é outra. A revisão do Plano de Manejo já vinha sendo discutido pelo CONAPA...

Lilian Hangae: retoma sua resposta às indagações anteriores, resgatando a fala do conselheiro Sato e comentando que na reunião com o ministro da justiça, pareceu-lhe que o prefeito foi, sim, na intenção de modificar o decreto e todos ficaram surpresos, quando o empresário apresentou sua demanda de suprimir o processo de licenciamento de seu empreendimento. Já em relação à cooperação com a SOS Mata Atlântica, esclareceu que existe um Termo de Reciprocidade com o ICMBio prevendo a criação de um fundo que somente evoluiu em algumas UCs. Na APA existe o apoio de um recurso pequeno, de dois mil reais mensais que atende a pequenas demandas como manutenção de computadores e outros equipamentos, bem como a aquisição de materiais de escritório. Agora temos uma demanda de renovação desse acordo, mediante projetos específicos.

Anna Cecília: questiona o acordo com a SOS Mata Atlântica afirmando que participou de uma reunião há anos atrás em que ficou sabendo na hora que se tratava de um grande projeto, que foi acordado somente com os gestores de UC às escuras e que isto lhe preocupa, com esse alinhamento institucional, especialmente nesse contexto de golpe a as parcerias público privadas, os vínculos da SOS Mata Atlântica no território.

Sandro Nascimento: como representante da UFRJ no Conselho, manifesta que a universidade repudia a maneira como foi executado o processo de mudança da chefia, sem dialogar com o CONAPA. Diante da informação de Lilian, que se desconhece em Brasília o que vem acontecendo na Unidade, sugere que a nova chefe escreva um relato para a sede e depois o disponibilize ao Conselho. Cita um exemplo de assunto a constar: a APA contém sessenta e três ilhas e nenhuma embarcação; a UFRJ, como membro atuante do Conselho, vem articulando a obtenção de uma para a Unidade; mas não há notícias disso em Brasília – sublinha que isto tem que ser comunicado às instâncias centralizadas. Registra que se vê na APA Cairuçu uma metodologia construída com a participação de todos e que isto ser desconsiderado dessa forma como foi, é motivo de repúdio pela universidade.

Luciana Araújo: reafirma que os conselheiros não concordam com o processo como foi feito. Adverte que, inclusive, vai contra aquilo que o ICMBio publica (referindo-se ao Guia dos Conselhos), revelando um traço na gestão do órgão, que até tenta fazer um processo participativo, mas, na verdade, é muito hierarquizado, autoritário e centralizador. Solicita à nova chefia uma opinião clara, como analista ambiental, pois diz que detecta um pouco disso em sua fala. Também gostaria de saber sobre a Nota Técnica que respaldou o novo Decreto e ainda indaga que, se o questiona apesar de ter participado, o que vai fazer em relação a ele. Também indaga se vai continuar implementando o que vinha sendo desenvolvido pelo Conselho. Adverte que a confiança foi quebrada, e que isso vinha sendo motivo de grande satisfação. Registra que o grupo do CONAPA é muito experiente, que conhece a farsa da participação e sabe identificar com clareza. Também chamou a atenção para a questão da integração, pois não se vê conexão entre o Plano Diretor do município e o Plano de Manejo da APA, por exemplo, por se tratarem de perfis de gestores distintos. Eliel e equipe vinham fazendo gestão participativa de forma inédita, enquanto na ESEC Tamoios e no PNSB não existe um perfil e uma atitude de integração com as comunidades. Questiona: de que tipo de integração você está falando? Ainda em relação a isto, este Conselho foi consolidado num trabalho de construção de um Plano de Ação integrado, assim como o projeto elaborado para acessar os recursos advindos do TAC da Chevron. Neste existe muito dinheiro e foram planejadas ações muito consistentes com a integração com as comunidades – enfim, manifesta que os conselheiros precisam saber qual a posição da nova chefe em relação a essa continuidade. Por fim, repudia a contradição entre as normativas e publicações institucionais e a decisão do ICMBio pela quebra da gestão da APA Cairuçu.

Lilian Hangae: respondendo ao conjunto de indagações expressas nas últimas falas dos conselheiros, começa abordando o Termo de Reciprocidade com a SOS Mata Atlântica, assinalando que se tratam de dois aspectos distintos, o “fundo” e os “dois mil mensais”, mas garante que tudo será dialogado com o CONAPA, inclusive o uso do recurso para implementar o Plano de Ação. Prossegue respondendo a Sandro que, de fato, o avanço na gestão socioambiental não havia chegado a Brasília, mas fará um documento relatando isso para a sede. Já em relação às questões levantadas por Luciana, reconhece as contradições institucionais, mas aposta na participação social na gestão e, com relação à clareza de posições, vai ser no dia a dia que se poderá ver, mais que na fala; já com relação ao decreto, afirma que não será ela, agora, que poderá questionar. Afirma que existe um parecer da Procuradoria do ICMBio que afirma que os dispositivos poderiam ser alterados por decreto, mas que considera que apesar de entender que tinha que ter sido por lei, o assunto tem que amadurecer. Quanto à questão da integração, percebe que existe um viés pessoal do gestor, mas também das categorias de UC e vai depender muito da CR. Afirma que não pensa em parar nada do que esteja acontecendo, a não ser que seja ilegal. Em discussão com a equipe foi visto que as suas prioridades são garantir o processo participativo na revisão do Plano de Manejo, a continuidade do projeto para execução dos recursos advindos do TAC da Chevron e não há por que interromper.

Tathiana Lourival: expressa que embora se saiba que as instituições tenham seus problemas, o que se vê é que quando começa o processo participativo, existe sempre uma manobra para interromper. Para os conselheiros, resta garantir a continuidade do processo que está desencadeado.

Sérgio Mello: afirma que participou do processo de revisão do Plano de Manejo no tempo em que o chefe da APA era Eduardo Godoy e que também não gostou da maneira como chegou esse decreto, mas acredita que seja uma oportunidade de rever o Plano de Manejo de fato e que é importante registrar, que era uma demanda antiga, pelo menos desde 2009. Agrega que não sabia da solicitação de Eliel para se afastar e, então, gostaria de dar as boas vindas à nova chefe.

Vagner Nascimento: adverte que é preciso não confundir a oportunidade e necessidade de revisão do Plano de manejo com a forma como foi alterado o Decreto. Justifica: a maneira como foi alterado e os interesses envolvidos associados à especulação são os mesmos interesses que geram esse *apartheid* que existe nesta cidade e o genocídio da juventude, que restou do processo de

remoção da população das costeiras - e isto está na conta dessas mesmas pessoas que foram quem protagonizaram a mudança do decreto; ela não foi técnica, mas política.

Sendo Vagner o último inscrito para se manifestar sobre este ponto de pauta, o facilitador da reunião, Carlos Felipe, sugeriu passar ao próximo ponto, que era a questão da segurança dos trabalhos e dos procedimentos de atuação do CONAPA, diante da agressão ao Conselho sofrida na reunião realizada em Novo Horizonte, no dia 09 de agosto último.

Carlos Felipe: traz a posição da equipe da APA sobre o assunto, com a recomendação de oficiar o MPF, a Câmara Municipal de Paraty e Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para denunciar os fatos e solicitar apuração, submetendo a proposta ao Conselho para compartilhar a decisão. Em seguida, lê parte da minuta da ata da reunião realizada em Novo Horizonte, no trecho onde se narra o ocorrido e se relata as circunstâncias do entrevero entre o conselheiro Cledson e o vereador Sanica, bem como outros detalhes significativos da ocorrência; em seguida, Carlos Felipe abre inscrições para a manifestação dos conselheiros.

Vagner Nascimento: esclarece que não estava presente, mas que vota para que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir a continuidade das reuniões itinerantes do Conselho com a necessária segurança.

Marcela Cananea: recorda que o vereador ainda tentou pôr fim à reunião e que vem atacando pessoalmente ao conselheiro Clédson, tal como fez em reunião anterior na Câmara de Paraty. Finaliza manifestando que vota por tomar as medidas necessárias.

Sandro Nascimento: sugere embasar legalmente a manifestação da APA e do CONAPA, argumentando que servidores públicos têm amparo legal, sugerindo que o caso seja levado a enquadramento – ao que Carlos Felipe pondera que nosso papel é apenas narrar os fatos, de forma estritamente descritiva, isenta e impessoal, enquanto o enquadramento compete ao MPF.

Encerradas as manifestações dos conselheiros inscritos para tratar dessa pauta, e dado que já eram 12 h 10min, o facilitador sugeriu prorrogar o teto da reunião para até as 13 h, o que foi consenso e, em seguida, colocou o próximo assunto em pauta - a metodologia para a revisão do Plano de Manejo. Lilian Hangae introduziu o assunto com uma apresentação em *datashow*. Após, abriram-se as inscrições para os conselheiros se manifestarem.

Luciana Araújo: solicita a disponibilização do arquivo digital com a apresentação exposta por Lilian (com o que houve imediata concordância) e solicita esclarecimentos sobre o significado da vinda de Rodrigo Bacellar de 2 a 4 de outubro, sobre a “parceria de contratação”, questiona se não é muito limitado o prazo pensado para as sementeiras e oficinas de diagnóstico com as comunidades, previstas para outubro e novembro, o papel do Conselho no processo e o compromisso da chefia com o papel do Conselho.

Carlos Felipe: registra que com o novo desenho da metodologia de revisão do Plano de Manejo ganhou-se mais um bloco de interação com as comunidades, já que as oficinas comunitárias nas microbacias, inicialmente pensadas em um único ciclo ainda em 2016, foram desdobradas em duas etapas, a primeira, de diagnóstico, ainda em outubro/novembro e a segunda, de planejamento, em março/abril de 2017. Lembra que foi criado, no âmbito conjunto das Câmaras Temáticas de Comunidades e Povos Tradicionais e de Comunicação e Formação do CONAPA Grupo de Acompanhamento do processo de revisão do Plano de Manejo, um Grupo de Acompanhamento pelo CONAPA do processo de revisão do Plano de Manejo, o qual precisa ser retomado.

Lilian Hangae: Reforça o caráter participativo do processo de revisão do Plano de Manejo, a importância da retomada do Grupo de Acompanhamento pelo CONAPA de todo o processo. Os resultados de todas as etapas da revisão serão apresentados ao CONAPA, e conforme estratégia de elaboração (construída no âmbito do conselho) o CONAPA participa do rito de aprovação do plano de manejo, antes da análise jurídica, e caso haja sugestões de alterações tantop pelo setor jurídico ou qualquer outro setor do ICMBio, as mesmas devem ser apresentadas ao CONAPA.

Com a reunião se aproximando do horário combinado para seu término, o facilitador Carlos Felipe chamou a todos conselheiros para deliberarem os encaminhamentos que foram consensuados no decorrer da reunião e sistematizados em *flipchart*: (1) disponibilizar aos conselheiros da Nota Técnica da DIMAN e do Parecer da Procuradoria do ICMBio que subsidiaram a mudança do Decreto de Criação da APA Cairuçu; (2) expedir ofícios para o MPF, Câmara Municipal de Paraty e ALERJ denunciando a agressão aos trabalhos e aos procedimentos do CONAPA ocorrida na Reunião Ordinária de 09 de agosto; (3) disponibilizar para os conselheiros o arquivo eletrônico com a apresentação *.ppt* da metodologia para revisão do Plano de Manejo exposta na reunião; (4) encaminhar relato a ser elaborado pela atual chefia informando para instâncias superiores do ICMBio os avanços na gestão participativa da APA Cairuçu promovidos durante o exercício da chefia anterior, afirmando compromisso com a sua continuidade e disponibilizar posteriormente aos conselheiros; (5) realizar a reunião preparatória do processo de revisão do Plano de Manejo com o representante designado pela CGCAP (coordenação geral do ICMBio/Sede responsável pelo macroprocesso relativo a planos de manejo) e participação do Grupo de Acompanhamento do CONAPA nos dias 3 e 4 de outubro. Todos os encaminhamentos foram aprovados por consenso.

Após, passaram-se aos informes gerais de interesse do Conselho: (1) Flávio Paim, analista ambiental da equipe da APA informa que estão agendadas reuniões da Câmara Temática de Águas do CONAPA para os dias 05 de outubro na sede do Observatório/FIOCRUZ e 17 de outubro na sede da APA, ambas focalizando o desenvolvimento do projeto do Curso de Formação Inicial e Continuada sobre gestão de bacias hidrográficas a ser promovido pelo IFRJ em 2017 na APA Cairuçu; (2) próxima Reunião Ordinária do CONAPA no dia 18 de outubro na Comunidade Caiçara da Praia do Sono (esta data foi posteriormente remarcada para o dia 24, a pedido dos representantes do Sono); (3) conselheiro Sandro Nascimento, representante da UFRJ informa que a universidade recebeu comunicado do Ministério do Planejamento e Orçamento, alertando sobre recursos da União que deverão “sobrar” ao final do exercício de 2016 e poderão ser acessados sem edital entre os dias 12 e 31 de dezembro mediante projetos; (4) Sandro também informa que todos os anos a universidade promove em Paraty o evento UFRJ-

Mar, divulgando seus trabalhos e parcerias na região sendo que neste ano o evento será realizado na Ilha do Araújo em reconhecimento ao apoio aos trabalhos da universidade sempre dado pelo conselheiro Almir dos Remédios, liderança daquela comunidade; a idéia neste ano é promover uma discussão entre todos os parceiros da universidade em Paraty.

Ainda se procedeu à leitura parcial da Nota deliberada na reunião anterior, ainda inconclusa, devendo ser apresentada sua versão final para aprovação na próxima reunião. Antes de encerrar a reunião, a palavra foi facultada a todos os presentes.

Cristina Magalhães: declara que veio como ouvinte, é geógrafa, moradora do bairro Patrimônio e deseja manifestar sua satisfação com a maneira como está sendo desenvolvido o processo de revisão do Plano de Manejo e o próprio Conselho. Registra que o presidente da Associação de Moradores do Patrimônio se encontra presente na reunião e que deseja se colocar à disposição para colaborar.

Chico Pescador: apresenta-se como representante da CONFREM, radicado em Arraial do Cabo, e deseja colocar a estrutura da instituição em Brasília à disposição do CONAPA, designando como contato a conselheira Marcela Cananea. Chama a atenção de todos para a importância do intercâmbio com outros lugares.

Vagner Nascimento: como representante do FCT destaca os avanços obtidos nos últimos anos, especialmente na localidade de São Gonçalo, onde existem ilhas ameaçadas e casos como o da Bete na Ilha do Pelado que estão sendo discutidos neste Conselho e o apoio que temos tido nesta gestão; faz votos de que isso possa continuar.

Lilian Hangae: agradece a presença e a disponibilidade de apoio da sua colega geógrafa, Cristina Magalhães, destaca a importância da participação da CONFREM e indaga se a entidade pode apoiar o acesso ao recurso do MMA que já vislumbrou para viabilizar a revisão do Plano de Manejo. Encaminha para o encerramento esta reunião extraordinária do CONAPA dedicada à sua apresentação formal para os conselheiros, manifestando que espera que sua experiência, de quem esteve anos em Brasília na coordenação responsável pelos planos de manejo das Unidades de Conservação, possa contribuir para a gestão da APA Cairuçu em seu atual momento. Por fim, agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 13 h e 10 min.

Relator: Flávio Paim - Analista Ambiental da APA Cairuçu.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Brito Gueiros Souza, Analista Ambiental**, em 20/01/2017, às 09:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **0875725** e o código CRC **5D8882FC**.

Ata nº 0875725/2017

Processo:02253.000020/2016-18